

A tramitação do projeto de lei

por Marcos Magalhães
de Brasília

Termina à meia-noite desta sexta-feira o prazo para que o relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), entregue o seu parecer ao projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso Nacional que estabelece o Orçamento Geral da União para 1989. Começa então, neste final de semana, e se estende até a próxima quarta-feira, o processo de discussão e votação da matéria na comissão.

O parecer de Almir Gabriel indicará que setores do projeto de orçamento deveriam, na sua opinião, ser alterados pelo plenário da comissão. Uma das recomendações mais prováveis do documento será a

alteração da proposta original de rolagem das dívidas externas dos estados, municípios e suas estatais, de modo a permitir-lhes maior folga em seus próprios orçamentos no ano que vem.

Almir Gabriel debruçou-se, nas duas últimas semanas, sobre os relatórios setoriais preparados pelos relatores adjuntos. Agora, o seu próprio parecer entra em julgamento. Caso a comissão o aprove, o documento será encaminhado, até 1º de dezembro, ao presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que determinará a data para sua apreciação pelo plenário do Congresso. Após o segundo teste, o parecer retorna à comissão para elaboração da redação final.

Até o dia 15 de dezembro, quando o Congresso entra em recesso, o projeto tem de estar aprovado.

Ele sobe, então, à sanção do presidente da República. Se o presidente José Sarney resolver vetar o projeto aprovado, total ou parcialmente, caberá ao Congresso Nacional — possivelmente em convocação extraordinária — derrubar o veto, por maioria absoluta (metade mais um de todos os deputados e senadores). Caso essa opção não ocorra imediatamente, o País ficará sem orçamento. Isso obrigará o presidente, segundo técnicos do Congresso, a governar com créditos especiais e suplementares, que também devem ter prévia e específica autorização legislativa.